

Crise leva governo a adotar sugestões do PMDB

Emílio Braga,
da Editoria de Política

As reações de tecnocratas e autoridades de governo às propostas do PMDB para a área econômica, consolidadas há seis meses no documento "Esperança e Mudança", em geral tendentes ao pouco caso e às observações de que nada havia de novo ali, estão se mostrando hoje contraditórias. As atuais negociações da dívida externa e as medidas complementares ao acordo com o Fundo Monetário Internacional — FMI — guardam o mesmo sentido e grande proximidade com as sugestões a curto prazo sugeridas no documento oposicionista.

Não só porque as autoridades do governo na área econômica se revelaram leitoras atentas, mas também, pela crescente significação política que vem ganhando, o documento do PMDB adquiriu ainda maior atualidade e importância. Isto ficou transparente depois de vencidos os dois últimos episódios mais importantes da vida brasileira: as eleições e as negociações da dívida externa. As propostas oposicionistas se ajustam às reivindicações de importantes lideranças empresariais criando campo propício para a constituição de uma força política contra a tecnocracia do Estado.

O documento "Esperança e Mudança" serviu como primeiro instrumento concreto de credi-

bilidade oposicionista junto ao empresariado. Elaborado por economistas de reconhecida capacidade, contou também com a colaboração importante mas discretas de lideranças empresariais. A partir daí as eleições de novembro vieram servir de ponte para que algumas dessas lideranças empresariais se engajassem de fato nas campanhas eleitorais de candidatos peemedebistas aos governos de Estado.

O PMDB ganhou a credibilidade que não tinha. De outra parte o partido fortaleceu as expectativas cada vez mais amplas das lideranças empresariais em se livrarem da tecnocracia. As últimas declarações dessas lideranças, inclusive negando credibilidade aos ministros da área econômica, são reflexo dessas alterações nas composições políticas. Os empresários começaram a achar que podem ser eles mesmos os ministros, como ocorria antes. Não há razões para a intermediação dos tecnocratas que não têm revelado competência específica maior do que a deles, empresários. Ressalvase que os empresários, mais do que se filiarem a partidos, lutam por uma posição política própria, mas é inegável que o sentido dessa participação vai de encontro ao que está em "Esperança e Mudança".

Uma política de tapa buracos

Findo o milagre, após 1974, tudo começou com um grave erro de percepção. O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) propunha que o País continuasse na sua caminhada de crescimento, corrigindo apenas as megalomanias. O plano não deu certo, pois ignorou que havia uma perda de dinamismo das economias avançadas, com o consequente enfraquecimento do comércio internacional, e mais, desconheceu também o caráter definitivo da crise energética.

Se o primeiro erro foi de percepção, o segundo continua sendo de teimosia. Começamos a exportar relativamente menos, portanto, ganhando menos, ao mesmo tempo em que a crise energética nos obrigava a gastar mais. Era preciso mudanças estruturais na economia, saindo do modelo exportador para alternativas mais lucrativas e menos dispendiosas. O governo porém optou pela tática da administração de problemas a curto prazo, tapando um buraco aqui, abrindo outro ali, à espera de que a crise se fosse. A crise ficou mas a estratégia continuou a mesma até hoje.

ABRINDO BURACO

Se as exportações não davam mais dinheiro, se emitir dinheiro fazendo a maquineta da Casa da Moeda funcionar é uma solução inflacionária, se aumentar impostos e tarifas é politicamente desastroso, qual então o jeito de arrumar dinheiro para o País? Os projetos megalômanos estavam incompletos, o ritmo de crescimento era de Brasil grande, e para sustentar tudo isso foi se buscar dinheiro no exterior.

Não se fez um ajuste da economia. A dívida àquela altura já era grande, mas o crédito externo até ali muito fácil. Como não havia uma visão a longo prazo mas apenas de curto prazo, nada mais fácil que incentivar que as empresas privadas e depois até as estatais a tomar empréstimos no exterior. Para isso, fez-se de tudo para elevar as taxas de juros internas de modo a ficarem acima das externas, tornando os empréstimos lá fora mais atraentes do que os cá de dentro. A dívida foi sendo refinanciada e crescendo cada vez mais.

Até 1979 os dólares inchavam o mercado brasileiro. Para não provocar um excesso de dinheiro o governo enxugava-o, aumentando a taxa de depósito compulsório dos bancos e, principalmente, lançando agressiva política de venda de títulos públicos — as ORTNs e outros papéis da modalidade. Esses papéis têm rendimento assegurado e nenhum risco. Passou a valer mais a pena aplicar nesses papéis do que inverter em atividades produtivas. Era papel para tudo quanto é lado e o mercado financeiro se transformou no paraíso da especulação. Na época o Banco Central operou algumas intervenções em entidades financeiras que rodavam nesta ciranda não aguentando o tranco.

O Brasil grande começou a se reduzir aos projetos megalômanos, tocados por quem ficou sendo praticamente o único dono do dinheiro, o governo. Mas o custo disso foi um tremendo crescimento da dívida interna também, provocado pela venda dos papéis do Tesouro. Nesse processo de transferência dos empréstimos externos para o governo — via venda de papéis — os banqueiros, como intermediários e agentes naturais da especulação, foram grandemente beneficiados.

As atividades produtivas ficaram no sacrifício, mesmo porque a partir da prioridade absoluta para a caça de dinheiro no exterior — com a política interna dos juros altos e a sobrevalorização do cruzeiro — o governo ficou praticamente amarrado para mexer nas políticas monetária, creditícia e cambial. A agricultura e as exportações de manufaturados passaram a ser altamente subsidiadas. Multiplicaram os fundos especiais para socorrer este ou aquele setor em aperto.

FECHANDO BURACO

Estavam constituídos os ingredientes de uma crise de graves

proporções: enfraquecimento da estrutura empresarial com a queda no ritmo de inversões, endividamento cumulativo e recrudescimento da especulação. A esses se somou um elemento definitivo. A política dos juros altos endividou as empresas, criando a insegurança do empresariado, e a transposição disso nos custos de produção principiou a espiral inflacionária, acelerada por outros mecanismos da política econômica como a correção monetária (não faz a inflação mas a consagra) e a livre especulação.

Sai Geisel entra Figueiredo, sai Simonsen entra Delfim e o governo tenta sair do buraco, ampliando seu raio de manobra. Os juros são tabelados, a correção monetária é arrefecida, a arrecadação de tributos e tarifas aumenta e há violenta maxidesvalorização do cruzeiro. O objetivo era desvincular o crédito interno do externo. Foi a confusão geral. O cruzeiro fica lá embaixo e o Brasil cheio de argentinos. A elevação dos impostos e de preços administrados pelo governo, como a gasolina e serviços públicos, faz disparar a inflação, apesar da contenção da correção monetária.

O tabelamento irreal do câmbio, mais a contenção da taxa de juros desencadeia a especulação altista em cima das mercadorias, principalmente matérias-primas importadas. Juros e correção monetária mais baixa desvalorizam os papéis do governo desviando ainda mais a especulação para os lados das mercadorias. E a inflação dispara.

OUTRO BURACO

A economia norte-americana se aprofunda na crise, levando o crédito internacional a ficar mais difícil e os juros mais altos. Presionados pelo aperto geral os bancos internacionais, com a maior parte de seus recursos já rodando em mãos de terceiros, se assustam e começam a cobrar "spreads" (taxas de risco adicionais aos empréstimos) e dar prazos mais curtos. O Brasil é nesta altura grande devedor, com necessidade permanente de levantar vultosos empréstimos. Sofre então pressões para ajustar seu balanço de pagamentos à política recessionista do FMI, e acaba cedendo.

Em novembro de 1980 o governo adota um conjunto de medidas fortemente contencionista: violenta elevação da taxa de juros, acentuado aperto creditício, reaceleração da correção monetária e cambial, corte do gasto e do investimento público. Ato contínuo, veio a recessão; queda na demanda de bens duráveis, afetando por consequência os bens intermediários; situação difícil na construção civil e ociosidade no setor de bens de capital; desemprego urbano, alta rotatividade da mão-de-obra, depreciação salarial e liquidação dos estoques.

Os resultados da economia em 1981 mostram os efeitos insignificantes dessa política recessiva, com a inflação baixando muito pouco e um saldo no balanço comercial devido basicamente à redução de importações e não ao incremento de exportações. Isto somado a um ano de eleições pela frente, com Copa do Mundo entre outras coisas, fez com que o governo tentasse novamente a retomada do crescimento. Decidiu expandir mais os créditos, favorecendo o financiamento habitacional; afrouxou o controle dos gastos públicos. A recessão ainda assim se aprofundava e o afrouxo da economia também, com a retirada do ISOF, ampliação do crédito ao consumidor.

A reativação da economia foi modesta mas a inflação acelerou-se no primeiro semestre de 1982. Juros altos, tarifas e preços administrados pelo governo disparando, os empresários aproveitam o pequeno sopro do consumo para chutar os preços lá em cima. O mundo em crise acentua o protecionismo no mercado internacional e nossas exportações são altamente depreciadas. Os empréstimos externos ficam quase impossíveis. E o fundo do poço.



Sai Geisel entra Figueiredo, sai Simonsen entra Delfim. Os dois governos optaram pela política de...



tapa buracos, à espera de que a crise se fosse. A crise ficou e a estratégia continuou a mesma